

# Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970

Renato Cancian\*

**Resumo:**

Este artigo examina o movimento estudantil universitário brasileiro da década de 1970. O objetivo é contribuir com o debate acerca da ausência ou incipiente participação dos jovens nos processos políticos que têm lugar no atual contexto democrático no Brasil.

**Palavras-chave:** Ideologias, militância política, movimento estudantil, juventude.

## Youth and political participation: considerations on student activism during the 1970s

**Abstract:**

This article examines the Brazilian university student movement during the 1970s. The objective is to contribute to a debate about the absence or incipient participation of youth in the political processes of the current democratic context in Brazil.

**Keywords:** Ideologies; political militance; student movement; youth.

### Introdução

Após uma experiência traumática de vinte e um anos de ditadura militar, o Brasil completa no próximo ano três décadas de regime democrático. Neste período, presenciamos o restabelecimento dos direitos e das garantias constitucionais em paralelo a retomada dos processos eleitorais competitivos que permitiram ao país consolidar a democracia. Do ponto de vista da participação política, o período em questão apresenta um quadro bastante complexo, sobretudo quando

---

\* Doutor em Ciências Sociais, professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil.  
End. eletrônico: renato\_cancian@yahoo.com.br

se observa a trajetória da cidadania participativa, já que sob um regime democrático a sociedade civil e os cidadãos dispõem de condições para se organizarem politicamente para conquistar novos direitos e reivindicar dos poderes públicos e dos governos ações que se convertam em melhoria de suas condições de vida. Neste sentido, a experiência do Brasil é bastante significativamente do ponto de vista da capacidade organizativa da sociedade, sobretudo quando se observa a diversidade de movimentos sociais que marcaram presença na cena pública. O paradoxo aparente associa-se com a perda de importância de alguns movimentos sociais que foram vigorosos no período da ditadura e que dispunham de condições organizacionais para continuidade de sua atuação no período democrático. O exemplo mais emblemático está associado com o movimento estudantil universitário, pois uma breve análise da literatura acadêmica dedicada ao estudo dos movimentos juvenis confirma a ausência do protagonismo e participação política dos jovens em sua condição de estudantes. De fato, enquanto categoria social, os estudantes universitários perderam sua capacidade de organização e mobilização política quando comparada à intensa atuação do movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970. Ademais, a inexpressiva atuação política dos estudantes no período democrático contribuiu para que o movimento estudantil deixasse de ser objeto de pesquisas acadêmicas<sup>1</sup>.

### **Sobre o desenvolvimento da pesquisa**

Este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a participação política dos jovens a partir da compreensão de alguns aspectos relacionados com a militância estudantil nos anos 70. Trata-se mais propriamente de expor o desenvolvimento do meu estudo realizado no âmbito do doutorado na área de ciências sociais, que abrangeu os anos de 2004 a 2007. Embora a tese tenha sido publicada em formato de livro<sup>2</sup> a análise aqui efetuada difere substancialmente do texto acadêmico porque aqui foi adotado um enfoque mais próximo de um trabalho monográfico, permitindo, deste modo, delinear em detalhes a construção do objeto de pesquisa e o enquadramento teórico-metodológico, juntamente com os resultados.

---

<sup>1</sup> Em 1992 de maneira inesperada surgiu o movimento dos caras pintadas, formado por estudantes secundaristas e universitários liderados até certo ponto pelas organizações estudantis representativas estaduais e nacional. O movimento reivindicou o impeachment do presidente Collor e, depois da destituição do presidente, refluíu por completo.

<sup>2</sup> A publicação foi intitulada *Movimento Estudantil e Repressão Política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: Eufscar/Fapesp, 2010.

O interesse pelo estudo da militância estudantil surgiu em 2003, quando fui convidado a participar de um projeto de pesquisa independente para o jornalista Elio Gaspari, que na época estava concluindo o quarto volume da coletânea de livros sobre a ditadura militar. Basicamente, a pesquisa tinha caráter exploratório porque envolvia o levantamento e comparação de informações referente ao destino de duas gerações de militantes estudantis que participaram do Congresso Clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, em 1968; e do Ato Público que foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1977. Esses dois episódios foram severamente reprimidos por forças policiais e resultaram em prisões de centenas de estudantes<sup>3</sup>, e o aspecto mais importante: eles são emblemáticos porque representam o engajamento de duas gerações de militantes estudantis que aderiram a projetos políticos-ideológicos distintos. No conjunto, os militantes estudantis detidos eram adeptos de várias correntes ideologias de esquerda socialista. Contudo, a par dessa semelhança havia uma diferença importante: a geração de militantes estudantis de 1968 lutou pela revolução e implantação da “ditadura do proletariado”, enquanto que a geração de militantes estudantis de 1977 defendeu as “liberdades democráticas”.

O objetivo central da pesquisa foi identificar o destino desses ex-militantes: em quais profissões estavam inseridos e se haviam ou não dado continuidade à atividade política. Após seis meses de intensa pesquisa foi possível conhecer o destino de 80% dos ex-militantes estudantis<sup>4</sup>. Portanto, um número bastante expressivo. Mas o que as informações revelaram? Em seu aspecto geral o resultado da pesquisa exploratória demonstrou que não havia variação significativa entre a inserção profissional e continuidade do engajamento político entre os dois grupos. Também não havia indicações de mudanças radicais e generalizadas nos padrões de crenças e convicções ideológicas. Contudo, as informações obtidas tinham potencial para serem exploradas de forma mais aprofundada por meio de uma análise sociológica.

Antes de delinear a construção do objeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados no trabalho de doutorado, convém ressaltar que as agitações estudantis presenciadas nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil forneceram o estímulo para as primeiras pesquisas acadêmicas vinculadas à temática da juventude. Os exemplos mais importantes envolvem os estudos pioneiros da

---

<sup>3</sup> As informações necessárias à pesquisa abrangia a identificação de 1205 estudantes, sendo que 693 foram detidos em Ibiúna e 512 foram detidos no Ato Público da PUC-SP.

<sup>4</sup> O trabalho de pesquisa foi amplamente facilitado pelo uso das novas tecnologias de comunicação. Ferramentas como o correio eletrônico e sites especializados de busca forneceram o suporte necessário para a obtenção das informações.

socióloga Marialice Mencarini Foracchi, e os estudos posteriores desenvolvidos pelos cientistas políticos Luiz Antonio Cunha, José Augusto Guilhon Albuquerque e João Roberto Martins Filho.

De modo geral, os pesquisadores citados realizaram pesquisas de abrangência macrossociológica objetivando compreender a dinâmica geral do movimento estudantil brasileiro a partir de um enquadramento teórico de vertente marxista ao considerar as influências provenientes da classe social de origem dos estudantes universitários, neste caso, da classe média em processo de ascensão social<sup>5</sup>.

O foco do estudo de doutorado concentrou-se, porém, em um aspecto diferente e novo em termos de investigação sociológica do movimento estudantil, porque pretendeu elucidar os fatores que conduzem o jovem estudante ao engajamento junto ao movimento estudantil; em outras palavras, o caminho trilhado pelo jovem universitário para tornar-se militante. Visando este objetivo, a análise sociológica pretendeu fornecer respostas para os seguintes questionamentos: Como explicar o dinamismo e a politização do movimento estudantil brasileiro do período da ditadura? Como explicar o interesse do jovem universitário de se engajar no movimento estudantil, tornar-se militante e participar ativamente de protestos e manifestações públicas? A experiência de participação no movimento estudantil exerce influência na vida daquele militante que se forma e deixa a universidade para inserir-se no mundo do trabalho e na sociedade?

No aspecto metodológico pode-se afirmar que o estudo de doutorado também apresentou inovações com o emprego do método biográfico, tornando possível reconstruir, a partir da coleta de depoimentos orais, as trajetórias de vida do grupo de ex-militantes estudantis. Por razões metodológicas a construção do objeto de pesquisa envolveu apenas o grupo de ex-militantes estudantis que compunha a geração de 1977.

No aspecto teórico, o estudo estabeleceu uma interlocução com as abordagens sociológicas que enfocam o radicalismo estudantil e as ações coletivas protagonizadas por jovens, e se volta para a compreensão das mudanças nos padrões de comportamento político que possam vir a ocorrer na fase de transição da vida juvenil para a vida adulta e inserção no mundo do trabalho.

À medida que os depoimentos orais foram sendo reunidos e analisados foi possível identificar um padrão característico indicando que a militância política foi um fator determinante que conduziu o jovem à militância estudantil. Ou seja,

---

<sup>5</sup> Ao analisarem os discursos, as reivindicações e as formas de luta do movimento estudantil universitário brasileiro no período da ditadura militar, sustentaram a tese de que o movimento tinha um conteúdo de classe social que se articulava à ideologia de ascensão social dos extratos médios da sociedade de onde provinha, majoritariamente, a clientela estudantil universitária.

a análise biográfica revelou que a militância política forneceu o estímulo para o engajamento do jovem no movimento estudantil universitário.

Na década de 1970, a militância política estudantil estava assentada nas mais variadas correntes de esquerda que se expressavam através de grupos, organizações e partidos políticos clandestinos no meio universitário. Esses grupos, organizações e partidos de esquerda clandestinos exerciam influência no movimento estudantil por meio das chamadas “tendências estudantis”, que ganharam expressão pública na segunda metade da década. As tendências estudantis eram consideradas, mais propriamente, as “faces legais” dos grupos, organizações e partidos políticos de esquerda clandestinos. Para sobreviverem na conjuntura de repressão política, as tendências estudantis adotaram denominações distintas com a finalidade de evitar que transparecesse publicamente as agremiações políticas clandestinas que as representavam.

Na época em que a pesquisa foi realizada não havia estudos consistentes sobre a formação das tendências estudantis e por esse motivo foi necessário avançar na pesquisa histórica sobre o movimento estudantil.

### **Reorganização do Movimento Estudantil**

A consolidação da ditadura militar no final dos anos 60 e a repressão policial dirigida a todos os movimentos organizados de oposição política levaram o movimento estudantil ao declínio. A prisão de cerca de 700 militantes e lideranças estudantis no Congresso Clandestino de Ibiúna, em outubro de 1968, representou o esgotamento do movimento estudantil.

No início dos anos 70 não havia movimento estudantil organizado nacionalmente e nem regionalmente. O horizonte de ação dos militantes estudantis havia se reduzido a tal ponto que as atividades estudantis ocorriam no espaço restrito e confinado das faculdades e, numa hipótese mais otimista, no espaço do campus universitário. A partir da segunda metade da década começa a definir-se com mais clareza a dinâmica da reorganização do movimento estudantil, que foi sendo retomado gradual e progressivamente nas universidades públicas das capitais de estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, em menor escala no Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, seguida de algumas universidades particulares diferenciadas, como é o caso das Pontifícias Universidades Católicas (principalmente a de São Paulo) e algumas poucas faculdades particulares, ditas “isoladas”.

O lento processo de retomada do movimento estudantil, porém, teve na Universidade de São Paulo (USP) o seu epicentro. Foi na USP que os militantes estudantis reconstruíram, em 1976, o primeiro Diretório Central Estudantil (DCE) “livre” dos controles da administração universitária, que foi chamado de DCE-Livre Alexandre Vannuchi Leme em homenagem ao militante estudantil

pertencente aos quadros clandestinos da Ação Libertadora Nacional (ALN), sequestrado e morto pelos órgãos de repressão da ditadura em 1973. O DCE Livre da USP teve um papel fundamental na reconstrução dos diretórios centrais em outros campi, além de servir como plataforma da organização de praticamente todas as manifestações públicas dos estudantes na cidade de São Paulo. Ademais, o caso da USP é emblemático para se entender a relação intrínseca entre a militância política e a militância estudantil, pois todas as tendências estudantis que apareceram publicamente na USP em meados de 1975 já existiam e atuavam no meio estudantil da Universidade desde o início da década.

No caso da USP, a formação das tendências estudantis ocorreu por meio de um processo simultâneo, mas não sincrônico. Ou seja, alguns grupos, organizações e partidos políticos se articularam mais rapidamente. Os militantes trotskistas, por exemplo, se adiantaram neste processo. Atuavam em várias organizações políticas, sendo que as principais eram a Fração Bolchevique Trotskista (FBT), a Organização Marxista Brasileira (OMB) e a Organização 1º de Maio (antigo Movimento Estudantil 1º de Maio). Num dado momento, as lideranças dessas organizações apuraram suas divergências e se fundiram politicamente, dando origem a Organização Socialista Internacionalista (OSI). Esta organização, por sua vez, deu origem à tendência estudantil Liberdade e Luta (ou Libelú), que se consolidou como uma das três tendências mais influentes dentro da USP e no âmbito do movimento estudantil paulista.

Prosseguindo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) deu origem à tendência estudantil Caminhando. A Ação Popular (AP) deu origem à tendência Refazendo, que agregou também militantes oriundos de outras duas organizações políticas de esquerda remanescentes: do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). A Refazendo se consolidou como a principal força dentro da USP, vencendo as duas primeiras eleições para o DCE-Livre, em 1976 e 1977. O caso da Refazendo é particularmente interessante e útil para análise, pois seus militantes acabaram se atrasando no processo de formação da tendência estudantil. Isso ocorreu em razão da característica do grupo político matriz que formou a Refazendo; ou seja, a AP, que se encontrava completamente desestruturada tanto em relação aos seus quadros de militantes como em relação à estrutura organizacional. O caso da Refazendo parece indicar também que a unidade organizacional advinda com a formação da tendência estudantil resultou num fortalecimento dos grupos políticos de origem, que eram fracos e encontravam-se desarticulados.

Grupos menores e menos influentes também se organizaram e formaram tendências estudantis, como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), que deu origem à tendência Organizar a Luta; e a Liga Operária que deu origem à tendência Mobilização.

As tendências estudantis adotavam denominações distintas (ou nomes fantasias). Também era prática comum dos militantes pertencentes a uma mesma tendência estudantil adotarem outras denominações em diferentes faculdades e/ou universidades. Por exemplo, enquanto na USP os militantes do PC do B estavam vinculados à tendência Caminhando, na PUC-SP a mesma tendência era denominada de Unidade, e a Libelú chamava-se Liberdade e Ação. Outro exemplo, na Faculdade Casper Líbero a Caminhando usava a denominação Construir. Essa prática ajudava a despistar os órgãos de repressão política.

### **Militância política e militância estudantil**

O desdobramento da pesquisa histórica com foco na formação das tendências estudantis foi extremamente útil porque também lançou luz no conflito entre a ditadura militar e o movimento estudantil. A ditadura militar não tinha como objetivo “anular” o movimento estudantil universitário como sugere os discursos deste último. O núcleo do conflito entre os governos militares e o movimento estudantil tem origem na militância política dos militantes estudantis que controlavam as organizações estudantis e, de modo geral, o próprio movimento estudantil.

Em outras palavras, pelo fato de pertencerem a grupos, organizações e partidos políticos de esquerda, de origem estudantil ou não, e atuarem como “minorias politicamente organizadas” na disputa pelo controle das organizações estudantis representativas e na condução do movimento estudantil, os governos militares do pós-64 supunham, em primeiro lugar, que essas minorias não eram representativas do conjunto dos estudantes universitários. Em segundo lugar, a mobilização da massa estudantil e a formulação e defesa de determinadas reivindicações, muitas delas em desacordo ou contrárias às diretrizes políticas governamentais, por parte dos militantes estudantis, era constantemente interpretada pela ditadura como a instrumentalização dos legítimos interesses dos estudantes universitários. Portanto, os objetivos dos governos militares ao editar medidas na área educacional visava, em última instância, afastar a influência dos grupos e organizações políticas as quais os militantes estudantis estavam vinculados e, desse modo, neutralizar a luta política-ideológica que era travada pelo controle das organizações estudantis representativas. Um enorme conjunto de documentos elaborados pelos órgãos de repressão da ditadura militar encarregados da vigilância no meio estudantil atesta essa hipótese<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que tratam da prisão de estudantes universitários constituem a melhor fonte de pesquisa sobre o assunto. Mais recentemente foi colocado à disposição dos pesquisadores os relatórios e dossiês elaborados pelos DOPS e o conjunto das 128 Apreciações Sumárias do SNI.

A politização dos militantes estudantis não é um elemento característico do movimento estudantil do período estudado. Mas a politização foi determinante, pois interferiu na relação entre os militantes estudantis e as massas estudantis e na formulação de reivindicações e lutas travadas pelo próprio movimento estudantil no transcurso do período estudado. O estudo da trajetória de vida dos ex-militantes estudantis forneceu respostas satisfatórias para sustentar a hipótese da influência da militância política sobre a condução do movimento estudantil. A análise biográfica é um método de pesquisa social ainda muito pouco explorado nos estudos sobre os movimentos sociais em geral, mas mostrou-se promissor na análise do movimento estudantil permitindo identificar os fatores que predispôs aquela geração de estudantes militarem no movimento estudantil.

É possível afirmar que a “adesão ideológica” e a vinculação a uma organização política (ou seja, a militância política) estão na base de uma participação mais ativa no movimento estudantil. Na maioria dos casos pesquisados (ao todo foram estudados 30 casos) a disposição e o interesse pela militância política foram tão decisivos que influenciaram as escolhas dos estudantes com relação ao ingresso na universidade e as opções do curso. Neste sentido, é a militância política que explica a militância estudantil. Ou seja, a militância estudantil assume a característica de uma variável “dependente”.

Até meados de 1975, os grupos e organizações políticas de esquerda enfrentaram uma conjuntura política muito repressiva. No meio estudantil universitário da USP, os militantes de esquerda atuavam em células e atraíam estudantes para compor e recompor os quadros de militantes dos grupos de esquerda clandestinos. Praticamente todas as atividades estudantis organizadas eram realizadas por militantes de esquerda. E foi a partir da atuação desses militantes que as organizações estudantis legais ou ilegais foram mantidas em funcionamento. Os centros acadêmicos, por exemplo, eram ilegais, mas sobreviveram exclusivamente por conta da ação dos militantes de esquerda.

O episódio que marcou a retomada do movimento estudantil uspiano foi o movimento grevista da Escola de Comunicação e Artes (ECA), que ocorreu no primeiro semestre de 1975. A greve durou 73 dias e foi motivada pela insatisfação dos estudantes diante das deficiências do curso e do autoritarismo do diretor da Escola. Mas, o “pano de fundo” que desencadeou o movimento grevista foi o posicionamento de um grupo de militantes trotskistas que entraram em conflito com os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que controlavam o Centro Acadêmico Lupe Cotrim. A greve da ECA marca o fim da influência política dos militantes comunistas e do próprio PCB – criticado por todos os outros grupos de esquerda pelo posicionamento político –, dentro da USP.

Ao contrário das agitações e mobilizações estudantis ocorridas nos anos anteriores, após a greve da ECA o movimento estudantil uspiano avançou no sentido da mobilização permanente. Esse período coincide com a formação das tendências estudantis que se institucionalizam no meio estudantil da USP formando chapas e concorrendo, por meio de eleições aos cargos de direção das organizações estudantis existentes. Paralelamente, os militantes estudantis também atuaram para reconstruir as organizações estudantis mais abrangentes, de nível estadual e nacional. Como foi dito, em 1976, os militantes estudantis da USP deram um passo decisivo ao criarem o DCE-Livre Alexandre Vannuchi Leme, assegurando independência, unidade e maior capacidade de mobilização dos estudantes.

Nas faculdades e/ou universidades onde as tendências estudantis eram fracas, desorganizadas ou inexistentes, o movimento estudantil também foi fraco ou inexistiu. Porém, por conta da variação do grau de dinamismo do movimento estudantil nas várias regiões e cidades do país, a reconstrução das organizações estudantis não seguiu um padrão linear. Por exemplo, o maior dinamismo do movimento estudantil paulista fez com que a reconstrução da UNE fosse colocada na pauta de luta do movimento estudantil nacional, antes mesmo de terem sido recriadas todas as UEEs. Neste sentido, é interessante notar que mesmo depois da refundação da UNE, em 1979, muitos estados ainda não tinham criados suas respectivas UEE. A UEE paulista foi recriada em 1978.

Enquanto as atividades estudantis permaneceram restritas ao espaço da universidade a ditadura não conteve o movimento estudantil. Mas quando os estudantes saíram às ruas, em 1977, a repressão policial foi reativada. Para os militares a reconstrução da UNE era um tabu e todas as medidas policiais repressivas deveriam ser empregadas para impedir que a organização fosse recriada e tivesse capacidade de atuar.

Na avaliação da área governamental o avanço do movimento estudantil estava dependente de uma organização central de âmbito nacional capaz de aglutinar forças e dar unidade ao movimento. De certo modo, essa avaliação está correta. Os militantes estudantis também apostavam que a refundação da UNE era um passo decisivo e fundamental, por isso essa pauta foi debatida no âmbito do Segundo e Terceiro Encontro Nacional dos Estudantes (ENE).

A reconstrução das organizações estudantis foi um legado do movimento estudantil universitário do período, mas o eixo das manifestações estudantis de 1977 foi à luta pelas “liberdades democráticas”. Trata-se de uma reivindicação política de caráter geral que se contrapõe às reivindicações estudantis de caráter específicas, ou seja, propriamente educacionais.

A partir desta observação, convém questionarmos até que ponto o entrelaçamento entre a militância política e a militância estudantil, constatada na análise da biografia de ex-militantes estudantis, exerceu influência na luta do movimento estudantil em defesa das liberdades democráticas?

### **À guisa de conclusão**

Com base nos resultados conclusivos da pesquisa de doutorado é possível interpretar a luta pelas “liberdades democráticas” como uma reivindicação que serviu como bandeira de luta contra a ditadura militar. A resistência e o enfrentamento da ditadura militar era um projeto político que unia os militantes estudantis de esquerdas vinculados aos mais variados grupos, organizações e partidos políticos clandestinos. Após o Golpe de 1964 e no transcurso da ditadura militar, o objetivo principal das esquerdas socialistas atuantes no Brasil sempre foi à construção do socialismo, ocorre, porém, que as estratégias apropriadas para consecução deste objetivo sempre foram variadíssimas. A geração de militantes estudantis de 1977 foi hábil na formulação de críticas as táticas do “foquismo” e da “luta armada” como estratégias de curto prazo para derrubar a ditadura militar; táticas estas empregadas por organizações de esquerdas da qual uma parcela considerável de militantes estudantis da geração de 1968 aderiu. Não resta dúvida que o movimento estudantil da década de 1970 foi dirigido pelas “novas esquerdas” que se organizaram politicamente contrapondo-se à luta armada, paralelamente ao processo de reavaliação das estratégias e táticas de luta no enfrentamento da ditadura militar, que agora estavam, ao menos em tese, centradas na mobilização das massas.

A diferença ou especificidade do movimento estudantil do período não é a “partidarização” e a “disputa ideológica” entre as variadas correntes de esquerda pelo controle das organizações estudantis, mas o grau de subordinação da militância estudantil em relação à militância política. Essa subordinação foi extremamente acentuada, de tal modo que os militantes estudantis atuavam tendo por referência os projetos políticos dos grupos, organizações e partidos aos quais pertenciam. A predominância de reivindicações políticas centradas na luta contra a ditadura militar (a bandeira em defesa das liberdades democráticas) é um projeto político das esquerdas socialistas que foi, de certo modo, estendido ao conjunto dos estudantes universitários. Na prática, as reivindicações políticas defendidas pelo movimento estudantil tomaram forma concreta nas manifestações contra as administrações universitárias autoritárias, contra a repressão policial-militar e protestos contra prisões de estudantes por motivos políticos.

Pelo fato da militância estudantil encontrar-se fortemente subordinada à militância política acarretou uma excessiva prioridade concedida pela direção

do movimento estudantil aos temas políticos em detrimento de reivindicações educacionais. Não obstante, o predomínio da luta política limitou a adesão e apoio às massas estudantis (o estudantado). Paradoxalmente, considerando a capacidade limitada de mobilização e participação das massas estudantis em geral (sobretudo em termos numérico), a força política do movimento estudantil sempre foi desproporcional a sua real dimensão. Para confirmar essa hipótese basta mencionar que no auge das manifestações estudantis, em maio de 1977, o movimento estudantil mobilizou cerca de 50 mil estudantes em todo o país, número bastante reduzido diante do contingente de mais de 1 milhão de estudantes que cursavam o ensino superior.

É possível afirmar que a polarização entre o movimento estudantil e o Estado militar se explica muito mais pela ausência de outros movimentos sociais de importância naquela conjuntura de ausência de liberdades políticas. O avanço do processo de abertura política deixou em evidência a condição momentânea de força do movimento estudantil à medida que outros movimentos sociais, como, por exemplo, o movimento operário; reaparecem na cena pública. Em 1979, ano em que as organizações estudantis foram reconstruídas e a repressão política já dava sinais de esgotamento, também foi o ano em que o movimento estudantil sofreu uma inflexão, declinou e perdeu progressivamente importância política. A crise do movimento estudantil universitário é decorrência do gradual desinteresse dos estudantes em geral, processo que foi agravado pela rigidez decorrente da incapacidade das próprias lideranças estudantis de reajustarem o movimento estudantil empenhando-se na luta por reivindicações que expressassem demandas de interesse da categoria estudantil universitária.

Por último, ocorreu o que estudiosos dos movimentos sociais chamam de divórcio entre os “dirigentes” e a base do movimento, devido ao isolamento das organizações estudantis representativas, presas a rotina do aparelhamento político em decorrência de uma acentuada radicalização da luta política entre as tendências estudantis. Neste sentido, a lógica do controle político das organizações estudantis foi mantida, mas cada vez mais dissociada de uma preocupação ou estratégia eficaz de mobilização dos estudantes em geral. Essa situação estendeu-se até os dias de hoje. O inesperado e momentâneo ressurgimento do movimento estudantil que mobilizou os estudantes secundaristas e universitários pelo impeachment do presidente Collor de Mello, em 1992, não alterou essa situação.

O estudo da biografia dos ex-militantes estudantis se mostrou um método de pesquisa promissor para o entendimento da dinâmica do movimento estudantil da década de 1970, além de proporcionar um maior entendimento dos fatores que conduziram os jovens daquela geração à militância estudantil.

Como ficou demonstrado, a adesão às ideologias de esquerda conjugada com a militância política são atributos que explicam a construção da identidade política dos jovens que participaram do movimento estudantil no período de vigência da ditadura militar (1964-1985). Não obstante, há uma área sensível que permeia a pesquisa de doutorado – bem como a maioria dos estudos que trabalham com a mesma temática –, que se refere ao desenvolvimento e disseminação da ideologia. Por exemplo, há uma ampla variedade numérica de estudos sobre a esquerda brasileira, estudos historiográficos e sociológicos, mas em geral essas pesquisas lidam com a trajetória organizacional/institucional e/ou política dos grupos, agremiações e partidos políticos. Não há, portanto, preocupação com o entendimento da disseminação e assimilação dos princípios ideológicos.

Se levarmos em conta a predominância e influência das ideologias de esquerda no meio estudantil universitário nas décadas de 1960 e 1970, a ausência de pesquisas nesta área se torna mais preocupante e, de certo modo, coloca-se como desafio para futuros pesquisadores de pós-graduação da área de ciências sociais.

## **Bibliografia**

- ALTBACH, Philip (1967). Student Politics. *Transition*, n. 28, Jan., p. 25-27.
- ABRAMO, Helena Wendel (1992). *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento (2000). *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV.
- CEBALLOS, Carlos (1985). *Los estudiantes universitarios y la política: 1955-1970*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- CUNHA, Luiz Antônio (1988). *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_ (1983). *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_ (1975). A expansão do ensino superior: causas e consequências. *Debate e Crítica*, n. 5, março, p. 27-58.
- FORACCHI, Marialice Mencarini (1982). *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- \_\_\_\_\_ (1969). Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, n. 21/22, set.dez.
- \_\_\_\_\_ (1965). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Guilhon Albuquerque, José Augusto, (1977). *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1977). Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 117-144.
- MARTINS FILHO, João Roberto (1987). *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus.